

## Editorial

Durante a guerra em Angola, um proeminente diamantista desafiou uma das ONGs que fazia campanha contra os diamantes de conflito. “A única coisa que vocês conseguirão”, ele disse, “é facilitar aos governos corruptos uma parcela maior da riqueza dos diamantes. A campanha de vocês não ajudará os pobres, desse jeito”. Esse desafio realmente fazia sentido. A melhor resposta na época era o argumento que o contrabando e a guerra também não ajudariam os pobres, e que colocando o cavalo antes da carroça – estabelecendo primeiramente a paz – era um precursor para uma boa governância.

Porém, certamente nenhuma das ONGs que fez campanha contra os diamantes de conflito, apóia a volta daqueles dias terríveis de segredo, corrupção e mau governo nas indústrias de diamantes na África. Desta forma, com o fim das guerras em Serra Leoa, Libéria e Angola, há claramente umas mudanças positivas na gestão dos recursos de diamantes. Em Angola há novos códigos de investimento, novas leis de proteção ambiental, e também esforços para melhorar o acesso dos Angolanos às oportunidades de mineração de diamantes.

Mas há também problemas sérios. Apesar de vários melhoramentos notados no ano passado, a ficha do governo em termos de corrupção e transparência permanece suja. A expulsão justificada dos garimpeiros estrangeiros foi mal gerenciada. Os esforços para acabar com a mineração garimpeira desafiam as lições de história, é pouco provável que sejam realizados, e mostram que são necessárias novas políticas para o sector de garimpo, de forma que mais pessoas possam beneficiar do recurso mais acessível do país. Três anos de paz são suficientes para que um governo rico em petróleo e rico em diamantes fizesse maiores investimentos sociais nas regiões de diamantes e produzisse políticas de desenvolvimento que apóiam mais os garimpeiros angolanos.

Esta segunda *Revista Anual da Indústria dos Diamantes* foca-se no papel que os diamantes desempenham no desenvolvimento social de Angola, e considera como o investimento desta crescente indústria de diamantes está sendo disposto. Angola provavelmente produzirá diamantes com um valor de aproximadamente \$900 milhões de dólares em 2005, principalmente através do sector formal, o que resultará em uma receita maior para o governo. Isso também significará um aumento de investimento direto do sector privado na infra-estrutura local e nos projetos sociais.

O desenvolvimento da indústria de diamantes angolana está ocorrendo durante um período de mudanças políticas. 2005 marca o 30º aniversário de independência angolana e o terceiro ano de paz após do fim da guerra civil. Não se pode mais culpar o conflito pelas barreiras contra o desenvolvimento, apesar do que, a reconstrução e capacitação começaram de um ponto de partida muito baixo. Precisa-se reconstruir o interior destruído e despovoado, e os recursos precisam ser devolvidos de Luanda às províncias.

As eleições presidenciais e dos deputados da Assembléia Nacional, previstas para setembro de 2005, serão o teste mais importante da paz duradoura. Porém, desta vez é pouco provável que as eleições modifiquem radicalmente a paisagem política angolana. Não haverá mudanças na constituição e os acordos feitos sob os Protocolos de Paz de Lusaka – o acordo de paz fechado com UNITA em 1994 – ainda são mantidos. Organizar eleições também requer uma preparação considerável. Os eleitores precisam ser registrados – num país onde aqueles que vivem fora das cidades não têm nem cartão de identidade, nem documentação pessoal, e onde até o tamanho da população é desconhecido. Há também o problema do retorno dos refugiados e as pessoas que foram deslocadas a nível interno, e a grande população de estrangeiros em Angola.

Mas a questão mais importante para o futuro envolve os recursos e a qualidade da reconstrução de Angola. As dificuldades em conseguir um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional) têm dominado a pauta dos doadores. Em março de 2005, seguindo um confronto com governo sobre uma receita de petróleo inesperada de US\$600 milhões, o diretor do FMI-África, Abolaye Bio-Tchane, disse que houve alguma resolução das questões. Isso poderia abrir a porta para a tão esperada conferência de doadores para captar recursos para a reconstrução.

Angola também está à procura de recursos privados para a reconstrução e o desenvolvimento pós-guerra, e já tem em vista um empréstimo de 2,25 bilhões de dólares do *Standard Chartered Bank*, garantido pelo petróleo, e acordos bilaterais assinados com o governo da China, durante a visita do vice-primeiro-

A Geologia de diamantes em Angola....	2	Empresas de Mineração e a Responsabilidade Social – uma gota no oceano de necessidade .....	7
História e Reconstrução ..	2	O Sector Artesanal .....	8
A Fiscalização pelo Governo.....	3	Diamantes e o meio ambiente.....	10
Endiama e a transparência.....	4	A Mineração Ilegal e o Contrabando.....	10
SODIAM: Compra, Venda e Kimberley.....	5	Operação Brilhante: A expulsão dos mineiros e compradores ilegais ....	11
A mudança de papel de Leviev .....	6	Notas.....	12
Projetos de Mineração e Empresas Internacionais..	6		

ministro chinês, Zeng Peiyang em fevereiro. Angola e China concordaram em abrir uma linha de crédito de 2 bilhões de dólares em março de 2004 com *Eximbank* na China, o pagamento sendo feito em petróleo, com preço fixo.

A pergunta agora é quanto deste processo de reconstrução beneficiará grande parte do povo angolano, cuja grande maioria vive em extrema pobreza. O desenvolvimento de estradas, pontes, e o abastecimento de eletricidade e água beneficiará o país inteiro, mas provisões de educação, saúde, hospitais, moradia e empregos serão necessários para que se desenvolva o interior e para que melhorem as condições miseráveis nestas regiões. Estas mesmas perguntas também se aplicam ao sector de diamantes, a única indústria significativa que funciona no interior. Esta *Revista Anual* avalia os benefícios que esta crescente indústria de diamantes está contribuindo – e não está contribuindo – ao processo de reconstrução.

A *Revista Anual da Indústria dos Diamantes* para Angola é um dos três relatórios preparados pela *Parceria África Canadá (PAC)* e seus parceiros na África. *Revistas Anuais* que falam de Serra Leoa e da República Democrática do Congo também estão sendo produzidas. Nestes países, a colaboração com o governo tem fluído com facilidade. Apesar das percebidas falhas na gestão da indústria de diamantes e desacordos sobre como apresentá-las; estes governos têm visto a *Revista Anual* como uma contribuição para um entendimento melhor e mais amplo desta importante indústria.

Porém, em Angola a cooperação do governo tem sido fraca. Um representante do governo disse sobre a primeira *Revista Anual* de 2004, “Não reconhecemos este país que você descreveu”. Isso talvez seja porque o governo não concedeu a maioria das nossas solicitações para entrevistas. A mesma coisa aconteceu este ano. O país e a

indústria que temos descrito talvez pudessem ser mais reconhecíveis para o governo, e a *Revista Anual* certamente teria beneficiado, se houvesse acontecido um diálogo maior.

## A Geologia de diamantes em Angola

Angola talvez tem as maiores reservas de diamantes na África, mas apenas 40 por cento dos supostos recursos de diamantes foram prospectados, principalmente durante o início dos anos 70. Novas prospecções devem fornecer um quadro mais nítido dos restantes recursos aluviais e da viabilidade de muitos tubos de kimberlites em Angola. O departamento de geologia de Endiama está atualmente computadorizando todos os dados prévios do último grande exercício de prospecção dos anos 70, e também cruzando informações obtidas das empresas de diamantes.

Em 2000, as reservas aluviais de diamantes foram estimados em 40 milhões de quilates, em depósitos aluviais e de terraço. Este número já diminuiu, sem dúvida, levando em consideração a quantidade de escavação garimpeira que tem ocorrido. Estes depósitos secundários (aluvial e eluvial) de diamantes, com cerca de 80 a 120 milhões de anos, são derivados de tubos de kimberlites erodidos, que foram carregados pela glaciação e pelos sistemas de rios, através de amplas áreas. Depósitos secundários ocorrem nas províncias de Lunda e nas províncias de Malange e de Uíge, e mais para o sul, em Kwanza Sul, Huambo Bié, Kuando Kubango, Moxico Huila e Cunene. Nas províncias ao norte, os depósitos de diamantes se estendem até a República Democrática do Congo. Também há suspeitas de depósitos em alto mar, ao longo da costa, apesar de que estes nunca foram prospectados. Uma proposta de *De Beers* para investigar diamantes marítimos e costeiros foi rejeitada em meados dos anos 90 por razões dos potenciais danos à indústria de pesca.

Angola tem mais de 700 tubos de kimberlites conhecidos, inclusive alguns com uma área de superfície muito grande. Os kimberlites são alinhados ao longo de um eixo de tendência sudoeste para nordeste ao longo do país e até dentro da RDC. De acordo com estimativas, há uns 50 milhões de quilates de reserva nestes tubos de kimberlites. Além destes que são conhecidos desde os anos 70, *De Beers* identificou e testou tubos em Lunda Norte nos anos 90, e várias grandes empresas de mineração

Tubos e diques de Kimberlites	Status do projeto	Tamanho m <sup>2</sup>
Caixepa	<i>desconhecido</i>	24 000
Camafuca-Camazombo	Aguardando o início de mineração	480 000
Camagico	Sob prospecção	–
Camatchia	Sob prospecção	292 500
Camatue I	<i>desconhecido</i>	156 000
Camatue 2	<i>desconhecido</i>	–
Camuazanza	Para ser prospectado	72 000
Catoca	Em produção	540 000
Chiri	<i>desconhecido</i>	–
Luhinga I	<i>desconhecido</i>	15 400
Luhinga II	<i>desconhecido</i>	–
Luhinga III	<i>desconhecido</i>	–

elaboraram estudos aéreos magnéticos para identificar adicionais tubos potenciais. Uma mina de kimberlite está atualmente em produção, duas devem ter o seu início ao longo de 2005, e pelo menos mais duas devem iniciar operações em três anos. A longo prazo, há um potencial de muito mais minas de kimberlites também.

## História e Reconstrução

Descobertos em 1912 em Lunda Norte, os diamantes são a segunda mais importante exportação de Angola, com um valor de 763 milhões de dólares e com a expectativa de aumentar consideravelmente nos próximos anos.

Angola é atualmente o quinto maior produtor de diamantes no mundo, e tem as reservas de kimberlites para ser um produtor maior do que a Botsuana. Desde a sua independência, a indústria angolana tem funcionado muito abaixo da sua capacidade, principalmente por causa dos efeitos da guerra. Foi apenas em 2002 que a produção oficial subiu, alcançando os níveis anteriores à independência.

Politicamente, até recentemente, os efeitos dos diamantes de conflito tem sido o foco em relação aos diamantes angolanos. A grande maioria destes diamantes era extraída de forma artesanal, e recebeu proeminência com as sanções das Nações Unidas contra a comercialização de diamantes pela UNITA em 1998. Antes dos anos 90, porém, a Angola não era um produtor artesanal, era um produtor em escala industrial, extraindo os seus diamantes de rios e de gravilha rico em teor de diamantes. Os tubos de kimberlites, apesar de serem descobertos

há décadas, não eram minerados até 1998.

Desde o início da mineração, Angola foi um país de grande interesse para os protagonistas principais no mundo de diamantes. A empresa colonial de diamantes *Diamang* refletia isso, sendo uma *joint venture* entre o estado português, *De Beers*, e outras companhias internacionais de mineração. Os diamantes foram primeiro minerados nas províncias de Lunda, que hoje continua sendo uma das principais regiões de mineração, mas depois também foram descobertos em muitas outras regiões de Angola, inclusive na área do Rio Kwanza e na Angola central.

Na época da independência, a *Diamang* discontinuou a sua operação por falta de funcionários angolanos capacitados, mas continuou sendo a principal operação de diamantes do governo até que ela foi substituída pela Endiama em 1986. Após a independência, Angola contratou a empresa *MATS*, propriedade de *De Beers* – *Mining and Technical Services Ltda.* para minar. Mas em 1986 as relações com *De Beers* desmoronaram, e as forças de UNITA, com apoio do departamento de Defesa da África do Sul, atacaram e fecharam as minas.

Entre 1986 e 1991, Endiama usava operadores de mineração contratados. Os contratos de *joint venture* só foram apresentados depois de 1994, com a chegada de um período de paz. Os Protocolos de Lusaka deram à UNITA o direito de nomear quatro ministros, inclusive o ministro de Minas e outros representantes do governo, e o direito à três concessões de diamantes. Assinados naquele ano, estes acordos ainda funcionam como constituição, dando à UNITA o direito de nomear quatro ministros e sete vice-ministros do Governo de Unidade e Reconciliação

Nacional, inclusive o ministro das minas. Também pode nomear representantes para um grande número de funções nos governos provinciais. Além disso, sob este acordo a UNITA tem os direitos a três concessões de diamantes.

Entre 1992 e 1996, houve pouca produção legítima em Angola por causa da ocupação da maioria dos campos de diamantes pela UNITA. A produção contrabandeada pela UNITA chegava a quase um bilhão de dólares nos meados dos anos 90, e as Lundas permaneceram uma região de guerra até UNITA se render em 2002. Somente uma empresa de mineração funcionava entre 1992-1995: a Sociedade Mineiro de Lucapa (SML). Mas com uma paz relativa nos períodos entre as guerras, a produção garimpeira de regiões não-dominadas pela UNITA aumentou, e os diamantes eram comercializados através de sistemas de compradores em Luanda. O contrabando, porém, sempre existiu.

O crescimento no sector formal aumentou lentamente entre 1996 e 1998, e varias novas minas entraram em produção, sobrevivendo à guerra de 1998-2002, incluindo a Catoca kimberlite, Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM) e o Projecto Chitotolo. Porém, muitos projetos de mineração já planejados declararam *force majeure*, e alguns projetos em funcionamento, inclusive a mina *DiamondWorks Yetwene*, foram fechados por causa de ataques pela UNITA.

As sanções das Nações Unidas em 1999 contra a comercialização de diamantes pela UNITA, as primeiras deste tipo, causaram quase uma revolução diplomática, porque as sanções prévias contra UNITA tinham sido ignoradas. Agora, porém, um Painel de Especialistas das Nações Unidas investigou as violações e apontaram os então atuais chefes de governo (de Togo e Burkina Faso) como os responsáveis pela violação das sanções. Angola foi obrigada a mudar o seu sistema de comercialização de diamantes, introduzindo uma única via de marketing através da criação de ASCorp que apertou os controles internos para assegurar conformidade

às sanções de diamantes. Um sistema de certificação de origem foi introduzido, um precursor ao Sistema de Certificação do Processo de Kimberley (SCPK) que depois de janeiro de 2003 englobou a indústria mundial de diamantes.

Hoje, a indústria de diamantes na Angola está em expansão, com desenvolvimentos significativos no sector formal de mineração e com mais cinco minas planejadas de entrar em produção em 2005. Endiama e o marketing de diamantes foram reestruturados, e se dá prioridade à uma política de angolanização. Nenhuma única empresa internacional de mineração deveria dominar o campo de mineração. As minas aluviais são consideradas quase esgotadas, e a prospecção de minas de kimberlites se tornou a prioridade, junto com o desenvolvimento daquelas que já são conhecidas. Regulamentos ambientais *Pro Forma* já foram elaborados pela Endiama, mas dentro do contexto de noventa anos de negligência pelo ambiente de mineração (veja o artigo na página 10).

A expulsão de mineiros e compradores ilegais, mesmo sendo visto como uma necessidade para estruturar as regiões mineiras, foi acompanhada por brutalidades e por uma falta de apoio de políticas para os garimpeiros angolanos que esperavam obter emprego nas operações de mineração legais. Muitas destas operações não se concretizaram, e provavelmente nunca se concretizarão. Além disso, há dúvidas sobre o quanto as empresas de mineração poderiam contribuir à reconstrução social.

## A Fiscalização pelo Governo

O governo e o controle da indústria de diamantes em Angola está dividido entre três órgãos, Endiama (Empresa Nacional de Diamantes de Angola EP) – a empresa estatal de diamantes – o Ministério de Geologia e Minas, e o Corpo Especial de Fiscalização e Segurança de Diamantes (CSD), um órgão que se reporta ao chefe supremo dos diamantes em Angola, General Fernando Miala.

### O papel do CSD

O CSD, que tem o nível de fiscalização maior, é composto de representantes da Endiama, o Ministério de Geologia e Minas e a Polícia Nacional. Foi originalmente concebido para ser um órgão de políticas para o sector de diamantes. Na sua base, o CSD tem um papel de serviço de inteligência de diamantes, de inteligência criminal, e de combate

ao tráfico, colecionar informações e rastrear as actividades das empresas envolvidas em prospecção, exploração, e a compra e venda de diamantes. Também é responsável pelo traslado de consignações de diamantes, e pela segurança do dinheiro utilizado na comercialização de diamantes.

### O Ministério de Geologia e Minas

A Lei de diamantes de 1994 continua em vigor, mas o Ministério de Geologia e Minas está modificando a política e a estratégia. Estas são implementadas pela Endiama e outros órgãos, e inclui concessões para Angolanos qualificados – através da capacidade financeira ou técnica comprovada. Todos os projetos de mineração têm participação angolana, através da Endiama ou outras empresas ou pessoas angolanas. “Capacidade técnica” pode incluir, por exemplo, segurança e logística para o projeto, como em Chitotolo. O Ministério de Minas aprova os projetos para a prospecção aluvial e as concessões de mineração. Os direitos à prospecção e mineração de tubos de kimberlites também passam pelo Conselho de Ministros para aprovação e são editados no Diário da República.

### Endiama

A empresa estatal de diamantes, Endiama, é a protagonista principal na indústria angolana de diamantes. Endiama é a maior acionista em empreendimentos de mineração, comércio de diamantes, e alugueis de serviços subsidiários para o sector de mineração de diamantes. Endiama, que é uma *holding* para varias empresas, é o órgão do governo que participa nas *joint ventures* em prospecção e mineração.

Em 2003-2004, Endiama negociou os direitos de 145 concessões que foram concedidos a empresários angolanos, com Endiama retendo algumas das concessões para si. Endiama facilita as introduções para as empresas estrangeiras interessadas na mineração em Angola, a grande maioria destas para os empreendimentos aluviais que têm um prazo de vida relativamente curto – entre três a seis anos, considerando que as reservas foram devassadas ao longo dos anos pelos garimpeiros.

Uma estratégia similar nos meados dos anos 90 falhou por causa da falta de investimento pelos proprietários das concessões. Naquela época, muitas empresas júnior de mineração – algumas fundadas com a intenção específica de minar em Angola – assinaram contratos, mas muitos projetos faliram, parcialmente por causa dos altos custos iniciais e das taxas. Endiama reconhece que parou de conceder novas concessões porque muitos dos



O « Palácio de Ferro » em Luanda, desenhado pelo Gustave Eiffel. A Endiama quer transforma-lo em clube de negociantes de diamantes.



proprietários das concessões ainda não iniciaram o seu trabalho e porque é necessário um controle maior sobre a pressuposta capacidade dos proprietários das concessões. Esta política, aparentemente, está assustando alguns potenciais investidores estrangeiros.

Das 145 concessões alocadas, nove são operacionais e mais umas nove ou dez estão no processo de iniciar as operações (estes serão discutidos na página 8).

As 125 concessões que restam estão vagas, e os garimpeiros – agora principalmente angolanos, estão voltando para lá.

Endiama é sócia em todos os projetos de mineração, com participação de 20 a 50 por cento em todos os projetos de mineração aluvial, e de 51 por cento quando se trata de kimberlites. A receita dos subsidiários cresceu, substancialmente nos últimos anos, de níveis muito baixos nos anos 90. Os principais subsidiários da Endiama são:

- SODIAM, empresa de comercialização de diamantes, com participação de 99 por cento de Endiama, através da qual, agora são vendidos todos os diamantes produzidos em Angola (veja o artigo na página 5);
- ENDIAMA Prospecção e Produção, que representa todos os interesses de ENDIAMA em prospecção e mineração;
- EndiTrade (Endiama Logística Integrada e Trading SARL), que oferece apoio logístico e fornece alimentação e outros bens para Lunda Norte – 95 por cento propriedade de Endiama;
- O Hospital Sagrada Esperança em Luanda – o hospital de Endiama, que foi realocado de Lunda Norte, e que é utilizado por todas as empresas do sector de diamantes.

Endiama também possui alguns empreendimentos menores em duas áreas significantes: uma participação de 30 por cento em Alpha 5 –uma empresa de segurança que vigia os perímetros da maioria das instalações de diamantes<sup>1</sup> e uma participação de 49 por cento na empresa aérea SAL, juntamente com a empresa aérea angolana, TAAG, que é proprietária de 51 por cento. Endiama também esta procurando um sócio para relançar a Angola Air Charter, sua empresa de carga aérea.

#### Endiama e o desenvolvimento Social

Endiama vê a sua contribuição ao desenvolvimento social e à economia principalmente através do crescimento das receitas de impostos para o estado. O estado, em seguida, utilizará – em

## Endiama e a transparência

A transparência na indústria angolana de diamantes tem sido problemática. Há pouco ou nenhum avanço na implementação de um estudo de diagnóstico e de viabilidade da Endiama, conduzido pelo Price Waterhouse Coopers, há dois anos atrás. Porém, de acordo com a Endiama, os resultados – em forma de reestruturação - são esperados, possivelmente em 2005. O FMI certamente vai exigir a privatização da Endiama e das suas subsidiárias, e, de facto, a nova estrutura de Endiama serviria bem para isso. Isso, de facto, tornará o desenvolvimento de políticas sociais mais fortes nas regiões de diamantes ainda menos provável – pelo menos através de Endiama.

Uma outra preocupação tem a ver com a capacidade das empresas parceiras de Endiama. Com 145 concessões agora concedidas e a grande maioria claramente ainda não sendo desenvolvida, é possível que estas concessões sejam retomadas. De facto, o processo de alocar concessões de diamantes está longe de ser transparente, e tem sido amplamente criticado por beneficiar a elite e os aliados políticos do governo. O novo método de conceder concessões aluviais pelo Ministério de Geologia e Minas ainda reforça isso, já que as concessões não são mais publicadas.

Uma outra questão de transparência está ligada à monitoração da receita de impostos da empresa de diamantes. Apesar da Endiama agora render disponível os dados crus sobre a exportação de diamantes, os dados do Ministério de Minas e dos governadores provinciais sobre a alocação e a utilização dos impostos de venda dos diamantes remetidos aos Lundas (10 por cento do total) não são divulgados. E por último, houve diferenças significativas entre a produção de Endiama e seus dados de rendimento e os do Ministério de Geologia e Minas. Isso sugere que, qualquer dado apresentado pelos vários departamentos do governo, só serve de forma aproximada, neste momento.

princípio – este aumento da receita de diamantes para o desenvolvimento social em toda Angola. Um aumento da receita de venda dos diamantes e o crescimento dos projetos de mineração poderiam triplicar o rendimento dos impostos de venda em três anos e quase duplicar as outras receitas. Sinais do reinvestimento em regiões de diamantes ainda são pequenos, apesar da política de remeter 10 por cento dos impostos de diamantes para as Lundas. Depois de três anos, de facto, esta política parece ter tido quase nenhum efeito.

O investimento direto de Endiama em projetos sociais acontece, principalmente, através da recém-formada Fundação Brilhante. Endiama pretende investir neste projeto e está procurando contribuições para a fundação de outras empresas no sector. Entre os projetos para qual Endiama está buscando apoio é a reabilitação e o reequipamento dos hospitais de Lucapa e Calonda, o provimento de duas escolas e abastecimento de água em Cafunfo, e a construção de instalações de Endiama em Lucapa Nzagi e Saurimo, incluindo moradia para os trabalhadores. A construção de um novo albergue de Endiama, um posto de saúde, um hotel e um clube para os comerciantes de diamantes, em Luanda, também consta na lista de prioridades, como também a reabilitação de um museu em Dundo.

Levando em consideração os tipos de projeto e a sua localização, Endiama parece ter poucos

planos para uma reabilitação social maior nas províncias de diamantes, além do que está sendo elaborado pelas empresas de mineração (veja a página 6). Expandir a infra-estrutura da própria Endiama é obviamente uma grande prioridade para a empresa, mas o ato de abrir uma fundação, em vez de fazer um investimento direto e direcionado à infra-estrutura local, sugere que os projetos provavelmente serão ad hoc e que os recursos continuam sendo dirigidos à capital, Luanda.



Escritórios de diamantes, Luanda

## SODIAM: Compra, Venda e Kimberley

Desde julho de 2004, a SODIAM<sup>2</sup>, uma subsidiária de Endiama, se tornou o primeiro canal exclusivo para o marketing e a exportação de diamantes, substituindo a ASCorp e aumentando a participação do governo na venda dos diamantes, de 51 por cento para 100 por cento. Hoje, a SODIAM exporta a produção de todas as minas de diamantes em Angola, tanto formal quanto artesanal. As exportações somaram 6,6 milhões de quilates, com um valor de 763 milhões de dólares em 2004, uma pequena redução no valor em 2003. O sector artesanal contribuiu com, aproximadamente, 800 000 quilates, a maioria proveniente de projetos formais de mineração. Como único exportador, a SODIAM também é responsável pela adesão ao processo de Kimberley em Angola.

A estratégia de marketing da SODIAM inclui a criação de escritórios internacionais com objectivo de tornar os diamantes angolanos mais acessíveis ao mercado aberto. A SODIAM abriu um escritório na Antuérpia em novembro de 2004, onde a empresa belga, *Omega Diamants*, tinha feito o marketing da produção de diamantes angolanos durante alguns anos. Um escritório em Tel Aviv, onde a empresa Leviev tinha cuidado dos diamantes angolanos, foi aberto em julho de 2004. Escritórios em Nova York e Dubai estão previstos para abrir oficialmente em 2005, como também um escritório na China, talvez em Hong Kong.<sup>3</sup>

Porém, olhando melhor a SODIAM, repara-se que não há um mercado aberto, ainda. A produção de cada mina é atualmente vendida pela SODIAM para uma única empresa estrangeira em cada centro. A produção Catoca está sendo comprada, atualmente, pelo *International Diamond Industries (IDI)* em Tel Aviv, que entrou em uma *joint venture* com a SODIAM. Os diamantes de Sonland Lda. Cuango continuam sendo vendidos para *Omega Diamants* na Antuérpia, e a produção de outras minas é vendida de forma parecida a compradores únicos. Quase sete meses depois que SODIAM iniciou suas operações, porém, poucas das empresas formais de mineração tinham recebidos contratos de venda. Isso pode indicar que mais revisões, desta já complicada estrutura de compra, estão sendo aguardados. É óbvio que, quanto mais complicada a estrutura de venda, tanto menor seria o retorno para Angola.

O *Lazare Kaplan* (LKI), um outro parceiro da SODIAM, assinou um acordo de quatro anos de

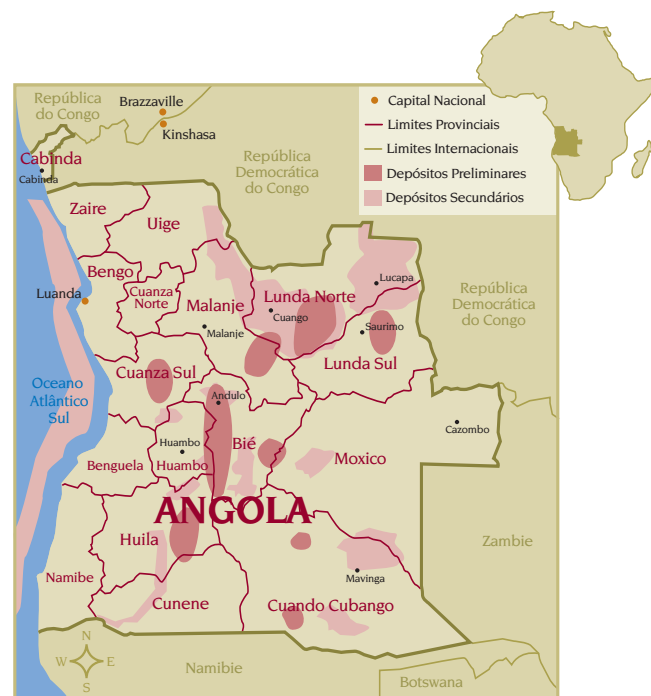
colaboração técnica em abril de 2004.<sup>4</sup> O LKI é um dos maiores vendedores de diamantes nos Estados Unidos, com grandes fábricas de lapidação em Porto Rico e na Rússia, e é um dos principais *sightholders* da De Beers. LKI tem uma longa história em Angola, começando nos anos 80. Entre 1995 e 2000, a empresa teve uma *joint venture* com Endiama de compra no mercado aberto.

O LKI gerencia os escritórios de compra da SODIAM para o sector informal no interior – em Cuango, Cafunfo, Luremo Nzagi, Lucapa, Muchinda, Saurimo e Andulo. O principal escritório comercial do LKI, em Miramar, bairro diplomático de Luanda, coordena e recebe todos os diamantes destes escritórios. O escritório em Miramar foi aberto em agosto de 2004, e se dizia que comprava \$10 milhões de dólares por mês em diamantes – um número que a SODIAM esperava dobrar assim que mais escritórios fossem abertos. O LKI agora está representando a produção de, pelo menos, mais uma mina grande – Chitotolo.

A ASCorp também recebeu uma licença para continuar comprando no interior, apesar de ter perdido tanto o seu monopólio original quanto o controle dos processos de exportação para a SODIAM. A SODIAM tem uma participação de 51 por cento na ASCorp e a *Welox* e *TAIS (Trans Africa Investment Services)* participam com os outros 49 por cento. A participação de mercado do sector informal é desconhecida.

### SODIAM e o Processo de Kimberley

Em 2000, Angola implementou um sistema, à prova de falsificação, de certificação de origem numerada, para conformar às sanções das Nações Unidas, que pediam o desenvolvimento de sistemas que excluiria os diamantes da UNITA dos mercados



nacionais em Angola. Com a implementação completa do SCPK, Angola modificou as suas leis para levar em consideração as novas exigências do Processo de Kimberley.

A SODIAM é a autoridade oficial de exportação angolana, e prepara os certificados do Processo de Kimberley para cada caixa de diamantes. Os diamantes do sector de minas formais são enviados diretamente para a SODIAM, onde as negociações da venda acontecem entre os avaliadores das empresas, a SODIAM e o *Diamond Counsellor International*, o avaliador governamental oficial. Já que estes diamantes são, ou deveriam ser, enviados em lotes de produção bruta (run-of-mine), qualquer anomalia no lote deveria ser visível. Assim que o preço for fechado, as caixas são lacradas, e o certificado do processo de Kimberley é anexado. Os signatários indicados são o Ministro do Comércio e o Ministro de Geologia e Minas.

Entre março de 2003 e outubro de 2004, foram emitidos um total de 200 certificados do Processo de Kimberley. Os principais mercados para a exportação angolana são Antuérpia, que é o principal mercado para as mercadorias do sector informal, Dubai e Tel Aviv. A importação oficial de diamantes em Angola consiste, apenas, de pacotes de amostras de mineração devolvidas.

A *Revista Anual da Indústria dos Diamantes* de 2004 reparou que não há sistema de controle para o sector informal, além da expulsão dos estrangeiros que estavam ilegalmente no país – tanto

### Exportação Formal de Diamantes Brutos

Ano	Quilates	Valor
2000	2 830 158	380 019 484 \$
2001	3 832 255	427 348 999 \$
2002	4 147 082	441 078 107 \$
2003	4 829 384	539 778 130 \$
2004 (até outubro)	4 376 339	499 519 118 \$
<b>Totais</b>	<b>20 015 219</b>	<b>2 287 743 840 \$</b>

garimpeiros quanto os compradores. Em outubro de 2004, depois de um grande atraso, o CSD começou a emitir licenças para os compradores no sector informal, principalmente pessoas da África Ocidental, conhecidos localmente como os *patrocinadores*.

Os compradores nomeados pelas empresas de comercialização – SODIAM/LKI e ASCorp- são licenciadas por três meses pelo CSD, que usa um sistema de controle documentado em papel. Depois da emissão das licenças em outubro de 2004, a próxima parcela, prevista para ser emitida em janeiro de 2005, se atrasou por causa de uma mudança nos regulamentos.

Anteriormente, os compradores precisavam apenas de um visto de permanência válido e uma licença de emprego; em 2005 era também necessário fornecer uma licença de residência. Se diz que isso resultou num comércio activo de documentos falsificados e a venda de licenças de residência, que podem chegar a valer 7 000 dólares cada um. (Uns 4 000 Africanos da Africa Occidental foram presos e deportados entre 2003 e 2005 por causa de documentos irregular.)

Apesar de que agora existe um registro de compradores, SODIAM ainda é o responsável para garantir que há toda a documentação desde o garimpeiro até o ponto de exportação. Porém, já que agora a política é de acabar com quase todo o garimpo, não há grande esforço em rastrear a produção das operações de mineração garimpeira.

## Projetos de Mineração e Empresas Internacionais

Em 2004, o sector formal – os projetos de mineração de escala industrial – era responsável por 82 por cento da produção de diamantes em termos de peso, e representava 76 por cento do valor das exportações. Espera-se que o crescimento no sector de diamantes advenha do desenvolvimento contínuo das minas formais, fornecendo receitas de impostos e *royalties* para o governo em quantidades bem maiores. Isso significará mais capacitação e emprego, e, presumivelmente, um investimento maior em projetos sociais.

Os projetos principais foram detalhadamente descritos na *Revista Anual de 2004* (disponível no site: [www.pacweb.org/e/images/stories/documents/angola\\_p.pdf](http://www.pacweb.org/e/images/stories/documents/angola_p.pdf)), o que segue aqui é uma breve atualização. No início de 2005, havia nove projetos

## A mudança de papel de Leviev

Até 2004, Lev Leviev – que gerencia uma das maiores operações integradas de diamantes no mundo – comprava aproximadamente 70 por cento dos diamantes angolanos e vendia o produto através da SODIAM Tel Aviv. Com as mudanças no marketing das operações angolanas, o papel de Leviev também mudou. Ele agora não compra mais a produção de Catcoa, apesar dele ainda manter um papel de apoio no marketing em Tel Aviv.

Apesar de não ocupar mais um lugar proeminente no sector de compra, Leviev, está à expandir o seu papel na mineração em Angola, e agora está construindo uma fábrica de lapidação. Esta fábrica, que no início de 2005 ainda estava em fase de construção, deve empregar 100 lapidadores, que serão treinados ao mesmo tempo. Este é o primeiro projeto de diamantes de valor agregado em Angola. Leviev também é um grande investidor em dois kimberlites – Catoca e Camafuca Camzomba. E ele também acrescentou três projetos aluviais aos seus investimentos de mineração: Yetwene, Luremo no norte da região Cuango e Milando, na província de Malange. Yetwene, uma vez operada pela *DiamondWorks*, começou sua produção em 2004. A *DiamondWorks* perdeu os seus direitos quando a empresa não demonstrava nenhum sinal de retornar a Angola.

de mineração operacionais no sector formal e cinco novas minas estavam praticamente prontas para iniciar, inclusive uma mina de kimberlite. Alguns projetos adicionais de mineração foram acordados na região de Cuango, mas segundo Endiama, nenhuma nova empresa internacional estará iniciando alguma actividade de mineração em 2005 – embora vários grandes empreendimentos de prospecção estejam previstos para começar. Segundo as estimativas disponíveis, o sector formal provavelmente produzirá 275 milhões de dólares a mais em exportações de diamantes em 2005 do que em 2004.

Espera-se que **Endiama** inicie suas próprias operações de mineração em Camuanza em Cuango em meados de 2005. Esta região tem reservas aluviais bem como um tubo de kimberlite já conhecido e parcialmente prospectado. Este é o

primeiro projeto de mineração só de Endiama, financiado pelo ESCOM mineração, o braço financeiro da mineração do banco português Grupo Espírito Santo. Endiama também vai iniciar um projeto de mineração em Cacuilo este ano, com um grupo de empresas angolanas.

O desenvolvimento mais substancial é o do kimberlite de Catoca, o carro-chefe das minas angolanas e a maior delas, produzindo 3 milhões de quilates por ano. Espera-se dobrar a produção depois de junho de 2005, quando termina a construção de uma nova fábrica na mina. A expectativa é que esta mina produza 4,5 milhões de quilates até o final de 2005, aumentando a produção para 6 milhões de quilates em 2006, com um valor esperado de 400 milhões de dólares por ano. A Catoca Ltda. é propriedade do gigante russo de diamantes a *Arosa* e Endiama, ambos com uma

### A produção do sector formal por mina 2001-2004 (quilates)

Mina	2001	2002	2003	2004 estimativas
Catoca	2 625 264	2 890 798	3 160 409	3 200 000
SDM	419 045	383 756	612 691	680 000
Chitolo	233 930	276 781	332 134	–
Lucapa	69 306	76 410	69 159	–
Calonda	199 097	182 355	276 290	–
Mufuto Norte	244 055	314 263	254 751	–
Luarica	–	–	66 558	–
Yetwene	–	–	–	48 000
Luo Project/Chimbongo	–	–	–	84 000
<b>Total</b>	<b>3 790 697</b>	<b>4 124 363</b>	<b>4 771 992</b>	<b>5 800 000</b>

Fonte: Endiama (2001-4); os números de 2004 são estimativas, as exportações confirmadas do mercado formal até outubro de 2004 eram 4 376 339 quilates.



participação de 32 por cento. A Odebrecht Mining Services do Brasil tem 16,4 por cento e a empresa Daumonty Financing de Israel tem 18 por cento.

**Alrosa** também é parceira em dois outros projetos –Luo e Chinbongo, uma *joint venture* com Endiama e outros. O presidente da Alrosa, Vladimir Kalatini, recentemente visitou Angola para conferir o progresso dos projetos e confirmar que a segunda fase do projeto Luo iniciará em 2005. A produção do tubo de kimberlite Camatchia do projeto Luo será aproximadamente em torno de 600 000 quilates por ano. Um segundo tubo em Camatchia será desenvolvido simultaneamente. Chinbongo, uma operação aluvial, estará iniciando a produção de 15 000 quilates em 2005.

**A Sociedade de Desenvolvimento Mineiro ((SDM)** mina em Luazamba no vale do Cuango. A SDM é uma *joint venture* 50/50 entre a Odebrecht Mining Services e a Endiama. Espera-se que estas duas minas operem até março de 2006. A SDM é o maior projeto de mineração aluvial em Angola neste momento, e a única mina formal que opera dentro do vale do Cuango, que já havia sido explorada pelos garimpeiros. A empresa também está desenvolvendo minas aluviais em Muanga, no sul de Cuango e quer iniciar a mineração de diamantes aluviais em 2005. Além disso, iniciará a prospecção de kimberlites e uma pesquisa aérea magnética já foi feita.

**BHP-Billiton**, o grupo gigante de recursos naturais, e a **Petra Diamonds Ltda.** assinaram um acordo formal de *joint venture* em dezembro de 2004 para a prospecção e, potencialmente, a mineração de um conjunto de tubos de kimberlite e minas aluviais em Alto Cuilo, que – pelo interesse da BHP em projetos de grande escala industrial – considera-se ter um alto nível de reservas. A BHP pode se tornar depois o sócio majoritário. Os parceiros angolanos são Endiama e Moyoweno Ltda.

O **Projeto Lapi**, perto de Catoca, tinha a expectativa de iniciar a mineração em março de 2005. Lapi é um projeto aluvial com três parceiros:



Uma larga mina e o desvio do rio feito pelos mineiros ilegais

## Empresas de Mineração e a Responsabilidade Social –uma gota no oceano de necessidade

Há a expectativa de que as empresas de mineração em Angola invistam no desenvolvimento local da sua região, incluindo em infra-estrutura, escolas, agricultura e postos de saúde. Melhorar as instalações locais para os trabalhadores e suas famílias é uma necessidade óbvia, mas a política para o desenvolvimento social não está integrada em todas as regiões mineiras. O investimento é local e limitado, e os esforços além dos próprios funcionários da empresa é pouco mais que um exercício de relações públicas. As grandes empresas de mineração pagam impostos substanciais ao governo, e podem questionar porque o governo ele próprio, não está fornecendo mais serviços sociais nas regiões diamantíferas.

A *Revista Anual* examinou os esforços de desenvolvimento social das duas grandes empresas, que representam 56 por cento do valor da produção formal de mineração de diamantes – a Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM) e Catoca – uma *joint venture* com investimentos da Endiama, da empresa russa Alrosa, da brasileira Odebrecht Mining Services, e da israelense Daumonty Financing Ltda.

### Catoca

Em torno de 6 000 pessoas vivem em proximidade da mina de Catoca que emprega 2 000 angolanos e uns 200 estrangeiros. Os salários somaram um total de 34 milhões de dólares em 2003. Um terço dos empregados foi trazido de Luanda e de outras regiões e são abrigados no local da mina, mesmo; os demais são residentes locais. Também há em torno de 7 500 pessoas deslocadas a nível interno, abrigados num acampamento de refugiados na região. Leite de soja é distribuído diariamente para todas as crianças, inclusive as que estão no acampamento, uma despesa de 50 mil dólares por mês.

A intenção de Catoca é aumentar o número de moradias locais e outras instalações para os trabalhadores e todos os residentes locais. Catoca fica relativamente próxima a uma cidade maior, onde já existem instalações hospitalares e educacionais adicionais. Isto não é o caso nas regiões aluviais maiores, que podem se estender a 3 000 km<sup>2</sup> e incluem uma população muito maior. Em Luazamba, a SDM opera numa área onde a primeira escola secundária federal está sendo construída somente agora, e onde o pequeno hospital regional não funciona. Há uma população de 95 000 pessoas nesta área de concessão, onde 35 000 são crianças. A mina jamais poderia atender às enormes necessidades locais.

### Contribuições ao desenvolvimento social<sup>5</sup>

Impostos pagos	41,4 milhões de dólares incluindo <i>royalties</i> , Fundo de Segurança Social, impostos sobre capital e lucros.
Dividendos pagos aos accionistas	47 milhões de dólares, dos quais 13,1 milhões de dólares foram pagos à empresa estatal de diamantes Endiama.
Educação	Uma pequena escola primária em Luenda foi construída em 2002 por 150 000 dólares, e mais 150 000 foram despesados durante 2003 para manter a escola. Cinco jardins de infância; 50 000 dólares despesados na comida e material escolar.
Assistência médica	2 milhões de dólares para a reabilitação do hospital de Saurimo. Um posto de saúde na mina cuida dos funcionários, dos membros das famílias deles e casos locais urgentes. Foram atendidos 32 900 casos em 2003. Uma grande campanha contra o HIV/AIDS está sendo elaborada. O valor total que foi despesado com os funcionários da mina e a população local é 2,9 milhões de dólares.
Agricultura	Um grande projeto de agricultura produz 1,9 milhões de dólares em alimentação para a mina. 8 milhões foram despesados com os funcionários e residentes locais.
Electricidade e água	Água encanada foi providenciada para todos os residentes locais. Uma usina hidroeléctrica está sendo construída e fornecerá electricidade para a mina e a população local.

## Empresas de Mineração e a Responsabilidade Social – uma gota no oceano de necessidade

### Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM)

A SDM emprega 1 293 pessoas, de qual 119 são estrangeiros, o restante são cidadãos angolanos e uns 600 destes são residentes locais. Os salários somaram um total de 17,37 milhões de dólares em 2003.

Ninguém se ilude que todas as necessidades locais estão sendo atendidas. As empresas de mineração oferecem benefícios em forma de impostos para o governo, educação local e atendem a alguma necessidade de saúde e alimentação, como também emprego e benefícios para a comunidade local. Mas estes benefícios estão claramente concentrados em locais específicos. É preciso uma estratégia mais ampla por parte da Endiama para que estes benefícios se espalhem igualmente para todas as regiões mineiras. O investimento do governo – muito baixo para uma região diamantífera que já foi zona de guerra – precisa ser aumentado. As despesas das empresas de mineração são nada mais do que uma gota no oceano de necessidade.

### Contribuições ao desenvolvimento social

Impostos pagos	14,5 milhões de dólares, incluindo <i>royalties</i> , Fundo de Segurança Social, impostos sobre capital e lucro ( <i>taxes on capital and profits</i> ).
Dividendos para acionistas	17 milhões de dólares, dos quais 8,5 milhões de dólares foram pagos a Endiama.
Educação	Três escolas primárias, uma com mais de 1 800 alunos; também oferece alfabetização e cursos de informática para adultos, uma instalação com 400 alunos. Valor das despesas educacionais e da assistência social – 334 000 de dólares.
Saúde	A clínica da mina trata os funcionários, membros das famílias deles e casos locais urgentes; tem uma ambulância e um pronto-socorro que funciona 24 horas. Atende a 150 pacientes diariamente. Tem uma campanha educativa sobre HIV/AIDS e oferece vacinas contra tuberculose, paralisia infantil, sarampo, hepatite, e difteria. 5 000 crianças são vacinadas. As despesas totais em 2003 na área de saúde para a população local e da mina – 5 milhões de dólares.
Agricultura	O programa de agricultura cultiva alimentos básicos para a mina e distribuição local. Também oferece subsídios alimentares no valor de 1,3 milhões de dólares.
Água e serviços sanitários	Em duas regiões densamente populosas: duas bombas para água potável, colecta de lixo e reparo de estradas.

New Millennium Resources N.L. com 34 por cento, Mombo Ltda. com 15 por cento; e Endiama com 51 por cento. O Projeto produzirá inicialmente 10.000 quilates por mês, e depois de 5 meses, aumentará para 20 000 por mês. O projeto, que cobre uma área de 323 km<sup>2</sup>, tem um prazo previsto de 6,5 anos.

Depois do fim de um longo processo de arbitragem que foi iniciado pelo De Beers sobre os contratos de 1991, disputados com a Endiama, De Beers e Endiama estavam, no momento que estava sendo escrita esta Revista, negociando potencialmente novos contratos a serem iniciados no final de 2005. Estes são relativos às regiões em Lunda Norte, Malange e Cuando Cubango, as quais

eram previamente concessões da De Beers. O contrato a ser negociado em 2005 incluirá a prospecção de minas de kimberlites em sete áreas. As *joint ventures* que resultarão, prevêm 51 por cento de participação para a Endiama, sete por cento para as empresas angolanas e o restante 42 por cento para De Beers. O empréstimo fabuloso de 50 milhões de dólares para Endiama seria considerado como um investimento. Segundo notícias, a De Beers desistiu da restituição dos seus direitos sobre as prévias concessões, os juros do empréstimo, e os direitos de comprar diamantes do vale de Cuango. Se as negociações falharem, a volta ao processo de arbitragem seria de uma forma bem mais limitada do que foi anteriormente.

## O Sector Artesanal

O governo está tentando acabar com o sector artesanal ou garimpeiro em Angola através da, agora, notável Operação Brilhante (veja página 11) e outras políticas. Mas onde os trabalhadores estrangeiros – a maioria dos garimpeiros – foram expulsos, os garimpeiros angolanos tomaram este espaço. É, de facto, muito pouco provável que este sector desapareça em curto prazo. Até a Política Nacional tem mencionado que as áreas esvaziadas serão novamente ocupadas ilegalmente se as empresas de mineração não assumirem as suas concessões.<sup>6</sup>

A mineração garimpeira tem sido durante anos um vector para a guerra, o contrabando e os danos ambientais, mas os garimpeiros não são completamente, ou até originalmente culpados. Na prática, eles estão presos a um sistema de compra de diamantes e de comercialização interna que não mudou desde sua concepção – o sistema de patrocinador, ou intermediário. Os garimpeiros em geral recebem entre cinco e vinte e cinco por cento do valor das pedras que eles encontram, de acordo com os preços fixados pelos compradores. O destino de muitos garimpeiros é uma vida de extrema pobreza, baseada na mineração em condições duras e perigosas, e a legalidade ou ilegalidade do seu trabalho faz pouca diferença.

A mineração artesanal sob licença existe em algumas regiões especialmente protegidas, dando aos garimpeiros acesso aos depósitos que não são comercialmente viáveis para as empresas de mineração industrializada. As licenças estão disponíveis para pessoas que já vivem na região por mais de cinco anos, e para grupos de até cinco mineiros. O objectivo original era oferecer à população local uma participação no sector de diamantes, e também uma maneira de se ganhar a vida em áreas onde outras actividades económicas são limitadas.

A empresa estatal de diamantes, Endiama, é responsável por conceder estas licenças para a mineração de garimpo, e tem um papel principal em qualquer política que afecta os garimpeiros. Mas nem é preciso dizer que muito pouca actividade garimpeira acontece sob licença. Muitas das pessoas envolvidas não satisfazem os critérios, e outros não têm como pagar o preço das licenças, propinas e as dificuldades em lidar com os representantes do governo. É provável que poucas pessoas nas regiões de diamantes estejam cientes dos regulamentos que governam a mineração e as suas conseqüências para seus terrenos e direitos de acesso.



Em 2004, foi promulgada a nova lei dos diamantes (lei 17/94) que reforça a propriedade estatal do território e a partir daí entra em vigor o “Regime Especial das Zonas de Reserva Diamantífera”<sup>7</sup> que estabelece os direitos de acesso à terra em áreas de mineração. Não há direitos de acesso, ou residência em áreas de mineração activa sob concessão. Aldeias podem ser removidas para abrir caminho para as minas, e a única actividade económica permitida é a agricultura de subsistência, a não ser que os direitos de mineração artesanal já estiverem sido especificadamente concedidos. A livre circulação é restrita ao direito de viajar em estradas existentes na área, mas proibida nas estradas das minas.

As zonas de reserva são áreas onde os depósitos de diamantes foram identificados como apropriados para o desenvolvimento industrializado. A entrada, circulação e residência nestas áreas é restrita aos residentes locais, e as actividades económicas, a não ser a agricultura de subsistência, são proibidas. Não pode haver nenhuma aldeia nova ou expansão de negócios. Em princípio, estas zonas cobrem vastas áreas de Angola, mas no passado, não foi cumprida, mesmo em ambas as províncias de Lunda.

Agora há tentativas para impor esta lei em áreas onde estão sendo concedidos novas concessões. Com 145 concessões concedidas somente em 2004, estas restrições poderiam envolver grandes áreas do território nacional, afectando uma proporção considerável da população.

Para muitos garimpeiros, o rendimento dos diamantes é a única maneira de entrar na economia monetária, complementando uma vida de agricultura de subsistência ou sendo o único rendimento de uma família inteira.

Concedendo à população local uma participação maior nos diamantes da sua região, poderia aumentar tanto a sua renda como a estabilidade local. Uma política construtiva para apoiar a mineração garimpeira que fosse implementada agora – identificando potenciais áreas de garimpo e monitorando-as de perto – poderia conter o garimpo, especialmente levando em consideração estas grandes áreas envolvidas. Mas uma grande mudança na organização deste sector é necessária para poder alcançar isso. Endiama tem a infraestrutura, e possivelmente, agora, a capacidade de investimento para desenvolver esta tarefa.

### O Garimpo e o sistema de patrocinador

Geralmente os garimpeiros não trabalham como autónomos. Eles são organizados pelo patrocinador e os *sobas* locais (os chefes locais), que pela lei têm

o direito de identificar quais cidadãos angolanos tem o direito (ou não) de minerar. Os africanos ocidentais licenciados pela SODIAM e LKI para comprar diamantes são patrocinadores que operam legalmente (uns 4 000 patrocinadores ilegais da África Ocidental foram repatriados em 2004). Eles não são funcionários; eles trabalham na base de comissão e compram pelo preço mais baixo possível. O patrocinador financia a mineração e as transações de compra, e fornece o equipamento de mineração, comida, remédios e outras necessidades para um grupo de garimpeiros. Os *leaseholders* ou *sobas* locais (chefes) trabalham junto com o patrocinador, organizando os mineiros para trabalharem em grupos de 250, muitos em grupos de famílias. Embora aparentemente caótico, este tipo de garimpo na verdade é bem organizado; é um sistema de patrocínio onde o menor benefício vai para quem está no fundo da cadeia hierárquica, os garimpeiros.

Um estudo de caso de 2004, feito pela Parceria África Canadá em Lunda Norte mostra que grupos de famílias de garimpeiros consistem de mulheres e de crianças, e também de homens adultos. Quarenta e seis por cento das pessoas entrevistadas e trabalhando eram crianças com menos de 16 anos. Muitas mulheres também trabalhavam, e as diferenças em representatividade de gênero eram grandes apenas em uma faixa etária. Os homens jovens dominavam a categoria de 17-25 anos. O relatório disse que “Nas áreas de mineração de hoje, o medo, a insegurança, e o abuso sexual são constantes. Os garimpeiros infantis de hoje são... uma consequência direta da guerra, pobreza e a falta de educação; há poucas escolas nas regiões diamantíferas e mesmo as que existiam foram destruídas durante as décadas de guerra”<sup>8</sup> E mesmo assim, essas famílias que trabalhavam em condições perigosas e abusivas, obtiveram menos de cinco por cento de sua renda da mineração de diamantes, a maior parte da renda é derivada de agricultura e o resto de comércio. Isso

não era porque os diamantes representavam menos trabalho do que a agricultura, mas era porque os garimpeiros recebiam um pagamento muito miserável pelos diamantes que eles encontravam.

### O Valor da Mineração Artesanal

O sector oficial de mineração garimpeira tem produzido exportações no valor de 1,2 bilhões de dólares nos últimos cinco anos, resultando em aproximadamente 70 milhões de dólares de impostos durante esta época. A verdadeira produção deste sector – incluindo os diamantes contrabandeados – tem sido pelo menos o dobro deste valor. O sector agora é muito menor, após a repatriação de mais de 250 000 garimpeiros estrangeiros ilegais, então, o tráfico certamente diminuiu.

Com alguma medida de controle sobre este sector, existe agora uma grande oportunidade para mudar o sistema de compra, e as condições miseráveis e exploradoras sob quais estes garimpeiros trabalham. Endiama espera que os garimpeiros encontrem emprego nos grandes projetos de mineração, mas é improvável que os pobres fazendeiros de subsistência ou os jovens desempregados – para quem os diamantes são a entrada na economia – parem de minerar por conta própria. Mesmo a Endiama reconhece que existem áreas que seriam adequadas para a continuação do garimpo.

É óbvio, depois de visitar três aldeias relacionadas à esta *Revista Anual* que a população local não tem beneficiado do garimpo. Três escritórios compradores funcionavam em Cuango – dois deles pertencem a SODIAM/LKI e um a ASCorp, com vários outros escritórios compradores menos legítimos fechados. Apesar de Cuango ser um centro local do governo e um pólo de compra de diamantes, a pobreza é extrema. É óbvio que o dinheiro das antigas minerações artesanais, simplesmente deixou a região.

### Exportações oficiais do sector artesanal

Ano	Quilates	Valor	Valor médio quilates
2000	1 421 240	349 331 080 \$	245,79
2001	1 326 598	61 227 387 \$	196,92
2002	898 946	203 480 921 \$	226,35
2003	1 231 687	248 321 973 \$	201,61
2004 (até outubro)	623 454	131 029 535 \$	210,17
<b>Total</b>	<b>5 501 927</b>	<b>1 193 390 896 \$</b>	

Fonte: SODIAM/Endiama

O crescimento em renda dos diamantes angolanos, porém, deve possibilitar o investimento em um sistema que poderia substituir os patrocinadores e apoiar os garimpeiros com equipamentos e comida. Poderia ajudar na prospecção e na capacitação, e poderia aumentar a parcela dos garimpeiros nas vendas dos diamantes através de preços justos para os equipamentos de mineração e os diamantes, como foi recomendado na política de SADC de garimpo. A SODIAM e a Endiama não precisam ser os únicos investidores. O gigante de diamantes LKI, o parceiro comprador da produção artesanal de SODIAM, fechou uma parceria com a US Overseas Private Investment Corporation (OPIC). A OPIC deve fornecer um quadro global de facilidade de crédito para apoiar investimentos do LKI em empreendimentos engajados na mineração de diamantes, ou actividades de lapidação ou polimento...<sup>9</sup> O foco é especificamente a África e enfoca as operações de mineração que têm falta de apoio internacional de marketing.

O investimento para ajudar e apoiar os garimpeiros de pequeno porte geraria múltiplos benefícios, incluindo uma redução do contrabando, e um aumento da qualidade de vida das pessoas pobres – para quem este tipo de mineração jamais terminaria, independente do que o governo fizer. Adicionalmente, a provisão de instituições financeiras em Lundas reduziria a circulação de dólares da compra de diamantes, e reduziria a fuga de capital para Luanda, incentivando a poupança e o gasto na própria região. Endiama agora tem a infra-estrutura para implementar isso, e deveria pensar em como poderia introduzir esta mudança, em vez de aceitar que este sector pode ser simplesmente abolido.

## Diamantes e o meio ambiente

Angola é dividida em cinco grandes zonas ecológicas:

- A floresta tropical é encontrada na parte nordeste do país e é caracterizada pelo grande volume de chuva o ano inteiro, com uma taxa alta de evaporação e um solo pouco fértil;
- Savanas úmidas ocupam uns 70 por cento do país e são caracterizados pelos 500 a 1 400 mm de chuva por ano na época de chuva; há uma ampla variedade de tipos de solo, geralmente pobre em nutrientes;

## A Mineração Ilegal e o Contrabando

A mineração ilegal em Angola é activamente apoiada pelas redes estruturadas de actores internos e externos que importam ou traficam o capital para a compra de diamantes, equipamentos, comida e remédios, e em troca recebem diamantes ilegais. O sistema de patrocinadores é uma dessas redes, mas a escala de algumas das operações de mineração ilegais encontradas na região de Cuango está mais ao nível de empresas de pequeno porte. Uma grande parte da mineração ocorre nos leitos dos rios, já que muitas gravilhas e terraços foram, em grande parte, esgotados. Isso requer um nível tecnológico mais elevado, seja o exército usando dragas na província de Bié ou empresas estrangeiras que actuam fora da lei.

Equipamentos de mergulho e de mineração são levados de avião para essas operações – por exemplo, as grandes quantidades de equipamentos confiscados no sul de Cuango incluem bombas, roupa de mergulho, geradores, barcos de borracha e telefones de satélite. Em alguns casos foram encontrados pequenas armas. Uma operação ilegal escavou um *paleo canal* (um leito de rio antigo e seco) e construiu um desvio no rio, utilizando sacos de areia. Isso requer uma coordenação notável e se distancia dos pequenos grupos de família que escavam gravilha ou utilizam as balsas que são as preferidas dos mineiros congolezes. De facto, os métodos mais tradicionais de garimpo foram substituídos em algumas regiões pela mineração ilegal semi-industrializada.

Existe um sistema bancário ilegal estabelecido para que essas redes possam trazer capital do exterior para a mineração ou para a compra, evitando Luanda e o sistema oficial. O procedimento é simples. O dinheiro é pago numa conta estrangeira pelos actores ilegais no exterior e os dólares são providenciados localmente nas regiões de mineração, pelo qual é cobrado uma taxa de cinco a dez por cento do valor da transacção.

Os actores no exterior aumentam a demanda pelos diamantes de alta qualidade que a Angola pode produzir, e os produtos ilegais rendem lucros maiores do que os que foram comprados legalmente. O contrabando de Angola tem sido estimado em até 350 milhões de dólares por ano. No entanto, este número é certamente alto demais hoje em dia, mesmo a metade deste valor seria uma demonstração que a confiança do processo Kimberley num código voluntário de controles internos e garantias da indústria é totalmente inadequado.

- A savana árida é encontrada no sul da Angola
- O planalto Nama-Karoo da África do Sul se estende até dentro da parte sudeste da Angola e
- Deserto ocorre na parte sudoeste da Angola, ao longo de uma estreita faixa costeira.<sup>10</sup>

A mineração de diamantes sempre ocorreu nos primeiros dois tipos de meio ambiente, e principalmente no nordeste, apesar dos depósitos serem encontrados em todo país. A lei de mineração de 1991 e a Lei de Bases do Ambiente (1998) governam a mineração e o meio ambiente, e a obrigação de implementar estudos sobre o impacto ambiental para novos projetos certamente afectará o meio ambiente. O princípio que governa a restituição é: “quem polui paga”. Porém, a lei não tem sido cumprida e é somente agora que a mudança está começando a ocorrer.

Com enormes aumentos planejados para os projetos de mineração formal, o escopo para danos ambientais aumenta, e Endiama agora

adicionou um anexo em todos os contratos, detalhando as obrigações ambientais das empresas de mineração. Todas as grandes empresas de mineração estão desenvolvendo os estudos ambientais em suas regiões de concessão, em muitos casos, pela primeira vez. A exceção é o kimberlite de Catoca, onde as questões do impacto ambiental e a monitoração constante já foram previstas no desenvolvimento da mina, desde o começo do projeto.

Os resultados dos estudos ambientais serão avaliados em 2005, mas afectarão, apenas, as minas activas. Um estudo mais amplo do impacto na regiões mineiras ainda não foi elaborado, parcialmente pelo difícil acesso durante uma boa parte da última década por causa da guerra ou da presença de grandes grupos de garimpeiros. Os estudos ambientais de linha de base agora devem ser elaboradas quando as empresas entrarem em uma concessão. O meio ambiente não será imaculado, porém, em muitas áreas já tem ocorrido alguma mineração – pelo Diamang durante a época colonial ou por outros desde então.

As principais questões identificadas têm raízes no passado tanto quanto no futuro, e incluem:

- Um aumento de erosão do solo por causa da mineração; chuvas fortes também criam erosão de solo nas Lundas;
- Perda irreversível do solo de superfície, tornando estéril, regiões que já foram exploradas;
- Destruição dos ambientes ribeirinhos por causa da construção de desvios nos rios;
- Desmatamento como resultado de mineração e de outras necessidades económicas locais não necessariamente ligadas à mineração – lenha, limpar terrenos para a agricultura, e a troca de madeira por dinheiro.

A pergunta que ainda não foi respondida é a magnitude e a significância destes efeitos, e como eles podem ser corrigidos. A mineração diamantífera é, na verdade, uma grande operação de movimentação de terras em larga escala, degradando o meio ambiente de maneira significativa durante o prazo de vida de uma mina. A degradação, de acordo com um especialista em mineração, “significa uma redução da qualidade original e/ou o potencial de desenvolvimento de uma área, mesmo sem envolver perigos diretos para a vida humana ou animal.”<sup>11</sup> A reabilitação ambiental procura minimizar estes efeitos. A prática moderna é incluir questões ambientais em cada etapa de uma projeto, o que é menos caro para as empresas de mineração do que os custos mais altos da reconstrução ambiental após do facto.

Em operações de mineração formais, o material de desperdício – pedras, granilha, e areia é armazenado em entulhos, que podem ser replantados se for preservado o solo superficial. Mas as operações garimpeiras, que foram muito extensas no país todo, deixaram paisagens lunares – quilómetros e quilómetros de poços vazios e uma vasta renovação de areia e gravilha.

Um segundo impacto ambiental da mineração é a poluição, apesar da mineração diamantífera ser um dos tipos menos poluidores. Os produtos químicos tóxicos são apenas utilizados nas fábricas de separação por meio denso (DMS), parte do processo de extração de diamantes. Pode ocorrer também a poluição da água por causa da lama deslocada nos rios. As minas de kimberlites têm um potencial de contaminação maior, se forem mal gerenciadas, mas a única mina de kimberlite operacional, em Catoca, está buscando a certificação ISO pela sua adesão às normas internacionais de boas práticas ambientais.

A mineração em Angola acontece ao longo de grandes sistemas de rios. O impacto negativo sob os rios pode ser consequência da construção de desvios e canais nos rios, de desviar os rios, e de construir barragens para expor os leitos dos rios para a mineração. O rio pode ser retornado ao seu percurso original quando termina a mineração, mas pode-se ver, de cima, os antigos desvios abandonados por todo o país. A velocidade do rio, as consequências para o abastecimento de água, para os peixes e a pureza da água, são questões importantes.

Os problemas ambientais de Angola, é claro, vão muito além do impacto da mineração e engloba grandes questões de saúde pública e de infra-estrutura. De acordo com o Banco Mundial, as estratégias ambientais do governo angolano ainda estão sendo desenvolvidas e estarão detalhadas em dois grandes documentos a serem publicados: o Programa Nacional de Gestão Ambiental (PNGA) e a Estratégia Nacional Ambiental (ENA).

## Operação Brilhante: A expulsão dos mineiros e compradores ilegais

A Operação Brilhante, cujo objectivo era expulsar os estrangeiros ilegais das regiões de diamantes, entrou em sua terceira fase no primeiro trimestre de 2005, tendo começado em 2003. Um total absurdo de 256 400 cidadãos estrangeiros, originários de 21 países africanos, uma grande maioria proveniente da República Democrática do Congo e da África Ocidental, tinham sido expulsos no início de 2005, sob condições que foram amplamente criticadas pela sua brutalidade. As expulsões, suspensas em maio de 2004, depois de protesto do governo da RDC, começaram de novo em agosto de 2004. As operações foram autorizadas para combater ameaças à soberania de Angola e à integridade do território nacional, com um número cada vez maior de garimpeiros da RDC cruzando a fronteira. O governo anunciou o fim desta operação em abril de 2005, apesar de ter dito que as “micro-operações” continuariam.

As expulsões foram discutidas em detalhe na *Revista Anual* de 2004. As ONGs documentaram casos de morte, estupro, e a administração forçada de vomitórios e laxativos para encontrar diamantes engolidos pelos garimpeiros, caminhadas forçadas para cruzar a fronteira e estrangeiros ilegais amontoados em aviões lotados, sem nenhum dos seus pertences. Em agosto de 2004, a Comissão de

Direitos Humanos da União Africana criticou abertamente Angola, acusando o governo de abuso de direitos humanos e de xenofobia pela forma que foram executadas as expulsões. A grande maioria dos que foram expulsos era mineiros congolezes que vinham dominando o sector de garimpo desde o início dos anos 90, muito deles importados pela UNITA para trabalhar nas minas. Esses mineiros – de acordo com as Nações Unidas, eram principalmente homens jovens – foram vítimas de pobreza, desemprego, do sistema de patrocinadores e da fiscalização à mão armada.

Apesar das operações serem direcionadas para expulsar os mineiros e compradores ilegais, a Endiama admitiu que as áreas priorizadas eram de acordo com dados que mostravam ricos depósitos de diamantes de interesse para as empresas de mineração. Isso foi confirmado pela grande concentração de garimpeiros. De acordo com o ministro do interior, Osvaldo Serra Van-Dunem, as operações simplesmente possibilitaram que o governo assumisse o controle sobre as zonas de reserva de mineração estatal.<sup>12</sup> O fluxo de mineiros e compradores estrangeiros era, sem dúvida, problemática e estava aumentando, mas a solução foi draconiana. Restaurar a legitimidade das regiões de diamantes em Angola obviamente precisa ir muito além da expulsão dos estrangeiros ilegais.

Um relatório publicado pela Fundação Mario Soares em março de 2005, “As Pedras da Morte”, destaca especificamente a ausência de legislação na região de Cafunfo, e fornece detalhes sobre assassinatos que foram causados pela reação aparentemente arbitrária da polícia frente aos acontecimentos. Um desses eventos incluía revoltas em Cafunfo, causadas pela renovação dos únicos geradores da cidade, que eram propriedade das empresas de mineração. Em geral, o relatório retrata um quadro grave de extorsão e actividades ilegais da polícia nas regiões diamantíferas, em combinação com a falta de investigação ou punição das pessoas envolvidas. O relatório também destaca as detenções ilegais em condições miseráveis, os prisioneiros comprimidos em uma cela – o que em um caso resultou na morte de 10 homens por asfixia. O relatório também examina o sistema de comercialização de diamantes e as provisões legais que governam a mineração de pequeno porte, concluindo, com razão, que estes contribuem à pobreza e à deslocação das populações locais. Os casos destacados no relatório Soares mostram que a polícia angolana está marcada pela corrupção e actividades fora da legalidade, e que eles operam com impunidade.



## Iniciativas contra o Tráfico e o Controle das Fronteiras

As iniciativas contra o tráfico começaram no período quando a produção de diamantes da UNITA estava sob as sanções das Nações Unidas (2000-2002). Eles foram resumidos e abandonados em várias ocasiões desde aquela época. Iniciativas incluíram o treinamento de uma equipe de diamantes especializada para policiar os compradores, coleccionar informações sobre os grupos de traficantes e barrar os traficantes no aeroporto –às vezes com algum êxito.

Em março de 2005, a Polícia Nacional anunciou que novas unidades especializadas seriam criadas para combater a mineração ilegal de diamantes, a entrada ilegal de estrangeiros, o tráfico de drogas e outras actividades ilícitas. Esta já é a terceira

tentativa em montar equipes especializadas, embora desta vez, com uma chance maior de sucesso nem que seja porque muito mineiros ilegais já foram expulsos. Mas o envolvimento de elementos da Polícia Nacional, o exército e outros angolanos, na produção e comercialização ilegal de diamantes requer esforços preventivos mais sérios.

Além das medidas da polícia, introduzir os garimpeiros angolanos em actividades legais de mineração, licenciá-los e permitir que eles vendam directamente para os escritórios compradores por um preço justo já teria um impacto directo e positivo no tráfico. Melhores controles internos nos países vizinhos também ajudaria. Melhorar o controle das fronteiras na RDC e Congo-Brazzaville já tem sido ponto de discussão internacional tanto a nível ministerial quanto a nível técnico nos

últimos meses. Apesar do que mais postos de alfândega foram estabelecidos em 2004, Lunda-Norte tem uma fronteira de 770 quilómetros com a República Democrática do Congo. 120 quilómetros desta fronteira é formada pelo Rio Kassai, que é um ponto principal de entrada para as pessoas da RDC. A instalação de um equipamento de monitoração electrónico ao longo desta parte da fronteira está sendo considerada, mas um controle de fronteiras eficaz ainda continua sendo um trabalho em desenvolvimento.

Com o passar do tempo, será instrutivo ver se as expulsões resultaram em mudanças significativas no valor médio por quilate das exportações de diamantes dos países vizinhos a Angola em 2004.

## Notas

<sup>1</sup> “Endiama: Uma empresa diferente,” Vasco de Sá. Publicação Endiama, Luanda

<sup>2</sup> SODIAM é 99 por cento propriedade de Endiama e um por cento de IAPE (Instituto Angolano de Participação do Estado) e foi criado por decreto pelo Conselho de Ministros em dezembro de 1999, com os direitos de lapidar e comercializar os diamantes angolanos e de formar joint ventures com esta finalidade.

<sup>3</sup> Em abril de 2005, a Agência Angolana de Imprensa anunciou que a Endiama tinha sido autorizada para desenvolver parcerias com a *China International Fund Ltd.*, localizada em Hong Kong, para a prospecção, pesquisa, mineração, comercialização e polimento de diamantes.

<sup>4</sup> *Lazare Kaplan International Inc.*, Anúncio, PR Newswire 26/4/04

<sup>5</sup> 2003 é o ano mais recente com dados completos disponíveis. Os dados de 2004 ainda não estavam agendados para divulgação, somente após a publicação deste relatório. Dados vêm dos relatórios anuais de Catoca Ltda. e SDM 2003, auditados pelo *Price Waterhouse Coopers*, e de visitas à alguns projectos sociais.

<sup>6</sup> Relatório da Agência Angolana de Imprensa (Luanda) March 2, 2005

<sup>7</sup> Law 17/94 – Regime Especial das Zonas de Reserva Diamantífera.

<sup>8</sup> *Rich Man, Poor Man Development Diamonds and Poverty Diamonds: The Potential for Change in the Artisanal Alluvial Diamond Fields of Africa*, Partnership Africa Canada and Global Witness, September 2004

<sup>9</sup> “Lazare Kaplan forma parceria com OPIC para melhorar a produção e venda de diamantes em mercados emergentes”, 9 Nov 2004

<sup>10</sup> Banco Mundial, “*Environmental And Social Management Framework: Angola Social Action Fund III (FAS III)*” Preparado em nome de FAS (Angola), Maio de 2003

<sup>11</sup> “*Mining and Ecological Degradation in Zambia*,” Dr. Tom Draisma, State University of Leiden, Netherlands, August 1998

<sup>12</sup> Ministro do Interior Osvaldo Serra Van-Dunem, citado pela Agência Angolana de Imprensa, Luanda, March 1 2005

Partenariat Afrique Canada (Parceria África Canadá) agradece as numerosas pessoas e estabelecimentos que contribuíram para a preparação desta Revista Annual. Agradecemos a ENDIAMA e certas companhias mineiras em Angola. Expressamos igualmente a nossa gratidão à ONG angolana *Grémio ABC* para as suas contribuições de pesquisa.

O projecto sobre os Diamantes e a Segurança Humana é apoiado por seguintes organismos : Agência Canadiana de Desenvolvimento, Department for International Development de Grande Bretanha, Organização Canadiana Católica

para Desenvolvimento e a Paz, Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional, Negócios Estrangeiros Canadá, Development Cooperation Ireland, o Fundo para a Justiça Social dos Trabalhadores Canadianos do Automóvel, World Vision Canada e vários outros organismos.

A informação suplementar pode ser encontrada aos sítios Web seguintes :

Partenariat Afrique Canada (PAC)  
[www.pacweb.org](http://www.pacweb.org)

Contactem PAC à [info@pacweb.org](mailto:info@pacweb.org)

Créditos de fotografias e direitos de autor:  
Páginas 3,4 – Christine Gordon

Also available in English  
Disponível em francês